

**01/10/2019**

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Depois de cortar R\\$ 5,6 bi, MEC libera R\\$ 1,9 bilhão](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Governo desbloqueia R\\$ 1,15 bilhão de orçamento de universidades e institutos federais](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[MEC libera R\\$ 1,15 bi para universidades](#)

**O GLOBO - RJ**

[MEC desbloqueia R\\$ 2 bilhões](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Oswaldo Cruz vai ampliar hospital com tabela fixa](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Redução de danos](#)

[Gestora da TV Escola pagou quadros a marceneiro de ex-diretor](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Verba de R\\$ 7,9 bi para universidades em 2020 depende de aval do Congresso](#)

[Dívida para bancar gastos](#)

Revistas

**EXAME - SP**

[Educação : “O Brasil precisa olhar para fora”](#)

Imprensa Estadual

**CORREIO POPULAR – SP**

[Universidades terão 58% de verba](#)

**O ESTADO - MS**

[MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades](#)

**A TARDE - BA**

[Ufba afirma que liberação de verba é insuficiente](#)

Agências de notícias e sites

**G1**

[MEC libera mais de R\\$ 43,8 milhões para universidades e instituto federais da Paraíba](#)

[MEC libera recursos para seis universidades e três institutos de educação no RS](#)

**TERRA**

[Recifes do Amazonas estão vivos e crescem, revela estudo](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Governo libera R\\$ 1,15 bilhão do orçamento de universidades](#)

[Recifes do Amazonas estão vivos e crescem, revela estudo](#)

**G1**

[Reitor e conselheiros da UFFS discordam de resultado de reunião que debateu pedido de destituição](#)

[Ministério da Educação detalha destino de R\\$ 2 bilhões](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[Prazo para bolsas remanescentes do ProUni é prorrogado até sexta-feira](#)

Agências de notícias e sites

**AGÊNCIA BRASIL**

[MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades](#)

**AGÊNCIA VALOR**

[MEC destina 58% de verba desbloqueada para universidades](#)

**DIÁRIO DO PODER**

[MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades](#)

## G1

[UERR abre seleção com 20 vagas para cargo de professor formador](#)

### JORNAL DA CIÊNCIA

[“Há uma clara política de reduzir o apoio à C&T no Brasil”](#)

[Cortes na ciência elevam necessidade de importações](#)

### PORTAL ÉPOCA

[MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades](#)

### PORTAL EXAME

[MEC libera R\\$ 1,156 bilhão para universidades e instituições federais](#)

### PORTAL ISTOÉ

[MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades](#)

### RÁDIO CBN

[MEC desbloqueia quase R\\$ 2 bilhões para a área de educação](#)

### UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC libera R\\$ 1,156 bilhão para universidades e instituições federais](#)

[MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades](#)

## G1

[MEC ainda tem R\\$ 3,8 bilhões sob bloqueio e universidades reforçam ajustes para manter atividades](#)

### UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsas do CNPq serão pagas em outubro, diz ministro](#)

[Desbloqueio é importante, mas não é suficiente, diz associação de reitores](#)

## CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

**Depois de cortar R\$ 5,6 bi, MEC libera R\$ 1,9 bilhão**

**Maior parte dos recursos vai para o ensino superior. As universidades e institutos federais vão continuar com 15% das verbas discricionárias bloqueadas. Em abril, essas instituições perderam 30% do dinheiro de custeio e investimento**

Seis meses após ter divulgado um contingenciamento de R\$ 5,8 bilhões, o Ministério da Educação anunciou ontem o desbloqueio de R\$ 1,9 bilhão. Entre as áreas que receberão o dinheiro liberado, o ensino superior será a mais beneficiada. As universidades e os institutos federais receberão 58% do valor total, o que representa R\$ 1,156 bilhão. O restante será destinado para a educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e para a realização de exames educacionais.

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, por exemplo, receberá R\$ 270 milhões para manutenção e execução de bolsas de estudos em vigência. Já o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) receberá R\$ 105 milhões para a aplicação de exames e formulação de políticas educacionais. O Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) também será beneficiado. De acordo com o MEC, R\$ 290 milhões vão garantir a compra e a distribuição de livros didáticos para 2020.

Na coletiva em que anunciou o desbloqueio de recursos, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a sustentar o discurso de que não houve corte, mas contingenciamento. "Tudo isso foi feito para evitar uma interrupção dos serviços. Fomos administrando na boca do caixa o que podia ser postergado sem prejudicar a população. Não foi um ano fácil, foi um ano difícil que a gente herdou. Estamos colocando a casa em ordem", disse.

Segundo o ministro, os recursos liberados pelo Ministério da Economia são frutos da recuperação econômica, da geração de empregos e da boa gestão. "Agora estamos descontingenciando e a vida segue. Não teve universidade parando, não teve falta de luz, não teve falta de comida no bandeirão, não teve hospital universitário fechando leitos.", completou.

Em abril, 30% das verbas discricionárias das universidades e institutos federais foram bloqueados. Segundo o ministro, 15% das verbas para despesas discricionárias das universidades ainda continuarão bloqueadas. A Universidade de Brasília (UnB), que foi afetada pelo bloqueio de verbas, por exemplo, recebeu R\$ 21,9 milhões com o descontingenciamento.

A UnB confirmou o recebimento de recursos e disse que o valor liberado corresponde a 45,6% do total bloqueado desde abril. Ou seja, ainda restam R\$ 26,2 milhões contingenciados. Em nota, a universidade declarou que somente o desbloqueio total do valor bloqueado em abril "possibilitará que a instituição execute plenamente suas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão)".

Weintraub ainda disse que espera desbloquear mais recursos em outubro. Dos R\$ 5,8 bilhões que foram contingenciados na pasta, no início do ano, R\$ 3,8 bilhões ainda continuam congelados. Ao ser questionado se esse valor será descontingenciado por completo até o fim do ano, o ministro respondeu que acredita na recuperação de quase todo o valor que foi contingenciado. "Acredito que, passando a reforma da Previdência pelo Congresso, a economia vai recuperar, vai gerar emprego, vai voltar o investimento. Tudo isso vai desencadear um aumento de arrecadação e isso permitirá descontingenciar os recursos", disse.

Na coletiva, Weintraub salientou que o recurso desbloqueado não veio do Fundo da Petrobras. Um acordo para a utilização do fundo da estatal, validado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em setembro, destinará R\$ 1,6 bilhão para ações educacionais. De acordo com o ministro, esse dinheiro será para educação fundamental, creches e escolas. Weintraub afirmou ainda que, para chegar ao Ministério da Educação, o recurso depende de um projeto de lei que ainda vai passar pelo Congresso Nacional.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

**Governo desbloqueia R\$ 1,15 bilhão de orçamento de universidades e institutos federais**

**Continuam contingenciados R\$ 3,8 bilhões do Ministério da Educação**  
Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) informou nesta segunda (30) o destino de R\$ 1,99 bilhão em recursos no Ministério da Educação cujo desbloqueio foi anunciado há duas semanas. Restam congelados assim R\$ 3,8 bilhões do total retido neste ano pela pasta.

Outros R\$ 270 milhões serão direcionados para a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** arcar com as bolsas vigentes — portanto, sem recursos para novos projetos de pesquisadores—, reduzindo a fatia retida para R\$ 549 milhões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/governo-desbloqueia-r-115-bilhao-de-orcamento-de-universidades-e-institutos-federais.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **MEC libera R\$ 1,15 bi para universidades**

#### **Valor destinado às universidades federais corresponde à metade do que havia sido contingenciado**

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento de R\$ 1,156 bilhão para as universidades federais. Isso corresponde à metade do que havia sido contingenciado no orçamento deste ano para as unidades. Os recursos serão distribuídos proporcionalmente, de acordo com o bloqueio em cada universidade.

A verba, segundo o ministro Abraham Weintraub, chega aos cofres das instituições ainda hoje. As universidades têm ainda 15% da verba discricionária – usada, por exemplo, para pagamento de empresas de segurança, alimentação ou gastos com energia – bloqueada. Weintraub disse esperar que uma nova parcela da verba contingenciada seja liberada em outubro, mas não garantiu que isso ocorrerá com o total dos recursos.

Weintraub condicionou a liberação do total bloqueado ao desempenho da economia e à retomada do crescimento. “A probabilidade hoje é muito maior do que seis meses atrás”, disse, para mais tarde completar: “A gente caminha para descontingenciar quase a totalidade do que foi contingenciado”.

As verbas anunciadas para as universidades fazem parte de um total de R\$ 1,99 bilhão do orçamento do MEC que estava bloqueado e que foi liberado. Além das universidades e institutos federais, serão desbloqueados R\$ 270 milhões para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, R\$ 105 milhões para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e R\$ 290 milhões para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD).

Os recursos liberados da **Capes** serão usados para pagamentos de bolsas que já estão em andamento. Não há perspectivas da retomada de bolsas cortadas pela coordenação. No caso do PNLD, o descontingenciamento anunciado ontem libera todos os recursos que haviam sido inicialmente previstos para o setor.

O MEC teve contingenciado o equivalente a R\$ 5,8 bilhões em abril. Há ainda outros R\$ 3,8 bilhões que continuam bloqueados. A fatia destinada para universidades corresponde a 58% do total liberado. “Tudo isso foi feito administrando a boca do caixa”, disse. O ministro considera que, com a liberação realizada agora, o bloqueio que permanece nas universidades representa uma pequena parte, se considerado o orçamento total.

Ao anunciar o desbloqueio, Weintraub voltou a falar sobre o Future-se, programa que prevê nova política para aporte de recursos. Como mostrou o Estado na semana passada, as universidades não estão dispostas a aderir ao programa. “Vocês vão ter de aderir ao Future-se”, disse. Segundo ele, o orçamento de 2020 já deu mostras de que não haverá recursos extras para as instituições. Quem quiser mais verba terá de “bater na porta da iniciativa privada”, segundo o ministro.

Contas. Em nota, o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Institutos Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles, afirmou que os recursos desbloqueados pelo MEC garantem o pagamento das contas de setembro e outubro. Segundo ele, a verba liberada deverá ser usada nas despesas de funcionamento das universidades. A Andifes pretende identificar qual a fatia destinada para as universidades e qual irá para os institutos.

Embora tenha comemorado a liberação de recursos, Salles avaliou que a parcela desbloqueada não será suficiente para custear o funcionamento das universidades até o fim do ano. O presidente da Andifes, que também é reitor da Universidade Federal da Bahia, afirmou que as federais precisam da liberação de 100% do orçamento previsto para o ano. E, em alguns casos, de suplementação, uma vez que há dívidas de anos anteriores.

Salles reagiu ainda diante da afirmação de Weintraub de que as universidades deveriam justificar a necessidade do recebimento de recursos extras. Em resposta, o presidente da Andifes afirmou que os investimentos dos impostos retornam para a sociedade, por meio de profissionais capacitados, pesquisas ou serviços públicos.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **MEC desbloqueia R\$ 2 bilhões**

#### **Descontingenciamento será para universidades, bolsas e livro didático**

##### **RIO E BRASÍLIA**

O MEC liberou mais R\$ 1,99 bilhão dos R\$ 5,8 bilhões que haviam sido contingenciados. Universidades e institutos federais receberão 58% da verba para despesas de custeio. O restante irá para o programa do livro didático, exames do Inep e bolsas da **Capes**. A Educação foi a pasta mais afetada pelo bloqueio de verbas.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou ontem, em Brasília, o descontingenciamento de R \$1,990 bilhão do orçamento do Ministério da Educação (MEC). A pasta havia sido amais afetada na Esplanada pelos bloqueios de verba e estava com R\$ 5,8 bilhões contingenciados.

Segundo Weintraub, as universidades e institutos federais de educação superior receberão a maior parte desses recursos liberados. Com isso, averba discricionária bloqueada dessas instituições cairá de 30% para 15%. O ministro disse ainda que os R\$ 3,8 bilhões que ainda estão contingenciados poderão ser liberados até o fim do ano.

—Estamos descontingenciando um a boa parte dos recursos que foram contingenciados. De quase R\$ 2 bilhões, 58% vão para universidades e institutos federais. O restante vai para a regularização do programa do livro didático — afirmou o ministro em coletiva no MEC. —Está tudo dentro da normalidade, a crise está sendo deixada para trás com uma gestão eficiente. Apesar do que foi alardeado aos quatro ventos, não foi corte, foi contingenciamento.

Durante a coletiva, o ministro indicou que a chance de descontingenciamento de novos recursos será maior caso a reforma da Previdência seja aprovada. Segundo ele, se a medida passar, a economia será aquecida, e haverá chances de um desbloqueio maior.

Ele culpou os governos anteriores pela crise econômica que levou à contenção de recursos da atual gestão.

— Caminhamos para descontingenciar quase a totalidade do que foi contingenciado — disse.

Segundo o ministro, dos recursos descontingenciados, R\$ 1,156 bilhão irá para universidades e institutos; R\$ 105 milhões irão para realizar exames da educação tocados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); R\$ 270 milhões, para o pagamento de bolsas da **Capes**; e R \$290 milhões, para o Programa Nacional do Livro Didático.

Os recursos destinados à **Capes** serão usados para honrar as bolsas atuais, sem previsão de abertura de novos incentivos.

Quando anunciou o contingenciamento, em abril, Weintraub não fez uma coletiva como a de ontem—na época, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”, disse que estava cortando verba de instituições que faziam “balbúrdia”.

As declarações repercutiram mal, transformando o bloqueio no setor, que tem sido praxe nos últimos anos, em uma crise que levou manifestantes às ruas e o próprio ministro a se explicar no Congresso.

Weintraub afirmou que os desbloqueios são resultado de uma política responsável, feita na “boca do caixa”. O objetivo, segundo ele, é alocar os recursos da educação para os que mais precisam, sem aumento de impostos.

O ministro disse que “não adianta pedir mais dinheiro, que não vai levar”, em uma referência aos reitores de universidades federais. E colocou o Future-se, projeto de captação de verbas privadas que o governo enviará ao Congresso, como solução.

—Universidades que querem mais recursos, vocês vão ter que aderir ao Futurese — afirmou Weintraub, ressaltando que não vai haver punição a quem não aderir à iniciativa.

A verba descontingenciada não engloba o dinheiro do fundo da Lava-Jato que irá para a Educação (R\$ 1 bilhão). Esses recursos foram recuperados a partir de um acordo com a Petrobras e tiveram sua destinação definida recentemente; segundo Weintraub, será preciso aprovar um projeto no Congresso para usá-los.

## ENTIDADES REAGEM

Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles, reitor da UFBA, afirmou que o descontingenciamento feito pelo MEC é importante, mas não satisfaz as necessidades das universidades federais.

— O desbloqueio é importante, mas insuficiente. As universidades precisam da plena execução do que foi aprovado na lei orçamentária. As universidades estão fazendo redução de contratos, medidas de economia de eletricidade, de redução de bolsa sede

apoio a eventos. A vida universitária está prejudicada —disse.

Salles criticou ainda a fala do ministro que condicionou a obtenção de mais recursos à adesão ao Futurese. Para ele, as universidades adotam programas de acordo com seus projetos de instituição e não por motivos meramente financeiros.

— O orçamento tem que estar a serviço da educação e não o contrário. As universidades vão continuar brigando por orçamento e existe responsabilidade do MEC em garantir o que está previsto na lei orçamentária. A fala (do ministro) é inadequada —argumentou.

Em nota, o presidente da **Capes, Anderson Correia**, reagiu positivamente ao desbloqueio de verbas do governo e disse que a entidade ainda decidirá para onde vão os recursos.

“Vamos revisitar os programas e verificar o que pode ser flexibilizado até o final do ano”, afirmou.

O Inep também informou em nota que está seguindo os procedimentos orientados pelo MEC e que a liberação da verba será utilizada para exames aplicados ainda neste ano.

“Os recursos liberados ocorrem dentro do esperado e serão destinados ao complemento de despesas dos exames que serão aplicados neste segundo semestre, além de formulação de políticas educacionais e despesas administrativas do instituto”, afirmou o órgão.

## O VAI E VEM DO ORÇAMENTO 30 DE ABRIL

Ministro da Educação, Abraham Weintraub, anuncia que fez cortes em três universidades federais (UFF, UnB, UFBA) por “balbúrdia”. MEC diz que bloqueio foi de 30%. Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Junior, afirma que bloqueio acontecerá em todas as universidades federais.

## 11 DE MAIO

Em transmissão com Bolsonaro, Weintraub diz que bloqueio é de 3,5% do orçamento total das universidades.

## 15 DE MAIO

Primeira manifestação nacional contra o contingenciamento na Educação leva milhares de pessoas às ruas.

## 22 DE MAIO

Governo libera

R\$ 1,6 bilhão para a Educação e congelamento da pasta cai para R\$ 5,8 bilhões.

## 30 DE MAIO

Segunda passeata contra o contingenciamento na Educação ocorre em diferentes estados.

JUNHO/JULHO

Reitores de universidades afirmam que, com a verba disponibilizada, universidades só funcionariam até setembro.

30 DE SETEMBRO

Weintraub anuncia desbloqueio de mais R\$ 1,99 bilhão na Educação.

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

### Oswaldo Cruz vai ampliar hospital com tabela fixa

#### Unidade que só usa novo modelo de remuneração atinge equilíbrio financeiro e recebe mais R\$ 55 milhões em investimentos

Em meio aos questionamentos sobre o modelo de remuneração no setor de saúde, o Hospital Alemão Oswaldo Cruz, de São Paulo, abriu em julho de 2017 uma unidade em que todos os procedimentos médicos têm um valor fixo - a maior parte do setor ainda trabalha no formato de conta aberta.

Diante de uma demanda cada vez maior por protocolos médicos, a pesquisa científica tornou-se ainda mais imprescindível. “Os dados, as informações que coletamos na pesquisa alimentam as nossas práticas médicas”, disse Kenneth Almeida, superintendente de inovação, pesquisa e educação. “Absorvemos inclusive pesquisa de médico que perdeu a bolsa da Capes”, complementou Almeida.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2019/10/01/oswaldo-cruz-vai-ampliar-hospital-com-tabela-fixa.ghtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

### Redução de danos

#### Brecha para caixa dois eleitoral sobrevive a vetos; resta conter gasto público

A ofensiva multipartidária pelo relaxamento das regras eleitorais sofreu, felizmente, um processo de desidratação, concluído com vetos do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Nem todo o dano foi sanado, porém, e há risco de mais retrocesso.

Graças à reação tempestiva da opinião pública, evitou-se o pior —um texto votado às pressas pela Câmara dos Deputados, a altas horas da noite de 3 de setembro, cujo teor deletério só veio a ser devidamente conhecido pela sociedade nos dias seguintes, a partir de alertas de entidades civis.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaao/2019/10/reducao-de-danos.shtml>

topo ↕

## FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

### Gestora da TV Escola pagou quadros a marceneiro de ex-diretor

#### O conjunto de 71 quadros custou R\$ 355 mil

Uma sindicância realizada pela Associação Roquette Pinto concluiu que um conjunto de 71 quadros comprados pela instituição no fim da gestão passada teve valores acima do praticado pelo mercado.

Os quadros pertenciam a um ex-diretor da associação, que autorizou a compra —o valor de R\$ 355 mil foi pago a um marceneiro amigo dele.

O Conselho de Administração da organização avalia se vai encaminhar o resultado da investigação ao Ministério Público.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/gestora-da-tv-escola-pagou-quadros-a-marceneiro-de-ex-diretor.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**Verba de R\$ 7,9 bi para universidades em 2020 depende de aval do Congresso Educação. Parte do orçamento do Ministério da Educação para as instituições federais só se concretizará caso parlamentares aprovem a contratação de empréstimos pelo Executivo. Universitários temem redução de bolsas de assistência estudantil no ano que vem**

BRASÍLIA

Quando chegou há dois anos em João Pessoa para fazer faculdade, o pernambucano Luiz Henrique Pessoa, de 21 anos, levava uma pequena mala e o dinheiro que recebeu de aulas particulares. “Se o processo de concessão de bolsas fosse demorado, teria de trancar a matrícula e voltar ao Recife. Confiei que daria certo, e deu”, diz o aluno de Medicina da Universidade Federal da Paraíba. Com o atual cenário de verbas restritas nas instituições, ele se esforça para manter o otimismo.

O receio de Luiz, assim como de milhares de alunos nas federais, é que faltem recursos para a assistência estudantil no próximo ano. A proposta do governo para o orçamento das universidades em 2020 inclui recursos que não estão em caixa. Diferentemente de outros anos, o montante previsto para as instituições só vai se materializar caso o governo receba aval do Congresso para “quebrar” a norma batizada de regra de ouro (leia mais nesta pág.).

O mecanismo, criado para garantir a saúde das contas públicas, impede a contratação por parte do Executivo de empréstimos para pagar despesas correntes, como salários e contas de luz. É o primeiro ano em que o orçamento das universidades, de R\$ 54 bilhões, mostra uma cifra que ainda não existe. Essa fatia corresponde a R\$ 7,9 bilhões, 15% da proposta orçamentária para 2020.

Cenário. Reitores também estão preocupados. Presidente da Comissão de Orçamento da Associação Nacional dos Dirigentes de Institutos Federais de Ensino Superior (Andifes), Sérgio Cerqueira diz que aproximadamente 40% do orçamento discricionário das universidades, como são chamadas as despesas não obrigatórias, depende dessa segunda aprovação no Legislativo.

Nesse grupo, estão incluídas as despesas com serviços terceirizados, como segurança e limpeza, e também os programas de assistência estudantil. Os percentuais variam conforme a universidade. Pelas contas da Andifes, com o orçamento “tradicional”, que

não está condicionado a uma segunda votação de parlamentares, seria possível financiar as contas somente até setembro.

“O fato é que não estamos seguros com relação aos recursos que vão chegar”, constata Cerqueira.

Embora R\$ 7,9 bilhões da proposta do orçamento de 2020 dependam de uma segunda rodada de negociações com parlamentares para a quebra da regra de ouro, o Ministério da Educação (MEC) considera que o recurso está garantido. Oficialmente, a pasta diz que no projeto para 2020 o orçamento das universidades terá aumento de R\$ 5,2 bilhões, se comparado ao de 2019.

Mas para a maior parte dos reitores, o que vale é o que está no orçamento “real”. Por esse critério, o projeto de lei de orçamento de 2020 é R\$ 2,8 bilhões menor do que o de 2019. A verba curta se soma ao problema que ocorre todos os anos – o contingenciamento (bloqueio).

“As dificuldades vão se somando e a situação, agravando-se ano a ano”, diz Cerqueira, reitor da Universidade Federal de São João Del Rei (MG). Para ele, não há dúvida de que isso acaba afetando a qualidade de ensino.

Em tramitação. O MEC afirmou, em nota, que o Projeto de Lei Orçamentária para 2020 ainda está em tramitação no Congresso e, por isso, está sujeito a alterações por emendas de parlamentares. A pasta trabalha com valores totais da proposta apresentada ao Legislativo, incluindo valores descritos no orçamento “tradicional” e a proposta sob “supervisão” dos parlamentares – a fatia do orçamento que só poderá ser liberada caso haja autorização para a emissão de dívida.

Assim, para o MEC não há queda da verba para assistência. Na proposta de lei orçamentária, o orçamento para a assistência estudantil é de R\$ 1,07 bilhão, mesmo valor de 2019.

topo 

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Dívida para bancar gastos**

A regra de ouro proíbe o Executivo de se endividar para pagar despesas correntes – os gastos da administração pública para manter seus serviços funcionando. O aumento da dívida para fazer os pagamentos é permitido só com aval da maioria absoluta do Congresso.

Quando autorizado, o governo emite títulos da dívida pública e vende para investidores. É como se o investidor emprestasse dinheiro ao País.

Se o Legislativo não aprovar, há dois cenários possíveis. O primeiro é o presidente descumprir a regra, o que o levaria a ser acusado de crime de responsabilidade e ficar passível de impeachment. O segundo é o da suspensão de pagamentos das despesas correntes.

A inclusão no orçamento de parte da verba condicionada à liberação da regra de ouro foi adotada na proposta orçamentária federal deste ano, diz Daniel Couri, do Instituto Fiscal Independente. Foram R\$ 248,9 bilhões no total. Os recursos foram aprovados

pelo Congresso e incorporados ao orçamento de 2019. Para o ano que vem, a quantia condicionada será de R\$ 367 bilhões.

topo ↕

## **EXAME - SP - BRASIL**

### **Educação : “O Brasil precisa olhar para fora”**

#### **Para a especialista em políticas educacionais Paula Louzano, a resistência a aprender com outros países está nos deixando para trás na área da educação**

Pedagoga pela universidade de São Paulo, com mestrado em educação comparada pela Universidade Stanford e doutorado em política educacional pela Universidade Harvard, a brasileira Paula Louzano é uma das maiores especialistas do Brasil em educação comparada e políticas públicas para a educação. Ela liderou o Programa de Especialização Docente para formação de professores de matemática em parceria com sete universidades brasileiras, usando o conhecimento de formação de professores da Stanford.

O programa existe desde 2015. Há dois anos, Paula dirige a Faculdade de Pedagogia da Universidade Diego Portales, no Chile. A experiência no país com os melhores resultados em educação da América Latina e seu sólido conhecimento da realidade do ensino brasileiro fazem dela uma das críticas mais afiadas da forma de tomar decisões e conduzir políticas públicas em educação no Brasil. Paula Louzano conversou com EXAME quando esteve no país para participar do Seminário Internacional de Educação Básica: Gestão Pedagógica e os Resultados de Aprendizagem, realizado em Fortaleza em agosto pelo Instituto Unibanco.

A senhora é uma crítica contundente da forma como o Brasil reage às experiências de outros países. O que está errado?

Quando se está atrasado na agenda, como é o nosso caso, é muito importante olhar para as soluções que outros países buscaram. Quando olhamos para uma política internacional, olhamos também para a trajetória da implementação. Os erros e acertos nesse percurso são riquíssimos, podem nos ajudar inclusive com políticas que não sejam as mesmas, mas que em algum momento do processo enfrentam questões semelhantes na implementação. O pesquisador Michael Fullan [especialista canadense em reforma educacional] diz que a ideia é 25% e a implementação é 75% da solução. Essa é uma das principais perdas que o Brasil tem ao se recusar a fazer essa análise. O Brasil olha muito pouco para fora. Existe uma cultura de usar nossas diferenças como uma barreira para a discussão comparada: “o Brasil é muito grande, ou é muito diverso, ou é muito pobre para ser comparado”. Com essas desculpas, perdemos chances de aprender, de errar menos e de acertar mais com menos dor.

Como é no Chile?

No Chile, é o contrário. O Chile sempre se sentiu geograficamente muito isolado. Ele tem o Polo Sul de um lado, em cima está o Deserto de Atacama. O país sempre buscou uma conexão com o mundo. Lá o modus operandi não é ideológico. Quando têm uma questão, o primeiro movimento é dizer: “Vamos ver como outros países resolveram esse problema”. Depois desse levantamento, eles se alinham ideologicamente, porque isso faz parte do mundo político. Mas isso não significa que o Chile só copie. Há muita coisa que só existe no Chile.

Desde os anos 2000, o Chile deu um salto no Pisa, avaliação internacional de estudantes, e tornou-se o país latino-americano mais bem colocado nos rankings de

leitura, matemática e ciências. Como foi o processo?

O primeiro movimento do Chile, no início da democracia, em 1990, foi reformular o currículo para uma fase de mais participação política e cidadania. Dez anos depois, o país postulou a entrada na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A organização fez, então, um raio-X da educação no país e o diagnóstico foi ruim: o Chile tinha um currículo rico que apontava para a sociedade do conhecimento, mas seus professores não eram capazes de trabalhar com esse currículo nem as faculdades sabiam formar novos professores para ele. Foi uma chamada à realidade para o Chile.

O Brasil pleiteia uma vaga na OCDE. É uma oportunidade para a educação? Tudo vai depender da reação à análise da OCDE. Quando você convida uma instituição que entende daquele assunto para ajudá-lo, você ouve o que ela tem a dizer, por mais doído que seja, e passa a trabalhar com base no diagnóstico. Não se pode pensar em entrar na OCDE para ficar rebatendo as críticas com “mas eu sou grande, eu sou diferente”. Mudar a educação é uma decisão de país. Implica uma série de medidas impopulares e o jeito de lidar com elas é buscar consenso, ser capaz de colocar pessoas que não se toleram para sentar juntas e não abrir a porta enquanto não conversarem.

Que medidas impopulares o Chile tomou para melhorar a educação?

Muitas. Vou falar sobre uma que é rechaçada veementemente no Brasil: avaliação da qualidade da aula de cada professor. Depois de concluir que isso era fundamental para a correção de rota, o governo passou a trabalhar o consenso em torno da questão. O sindicato dos professores chileno produzia a mesma grita que o brasileiro produz aqui sobre esse assunto. O governo chamou o sindicato para a mesa e apresentou todos os dados que corroboravam a estratégia de avaliação. Foram três anos de negociação. Outra medida que eles tomaram foi elevar o imposto sobre valor agregado de 18% para 20% para aumentar a remuneração dos professores em 30%. A medida faz parte da estratégia de valorização da carreira. A busca da qualidade levou o Chile a fechar dezenas de cursos de pedagogia e a proibir o ensino online da carreira. Aumentaram a nota para ingressar em pedagogia e a carga horária do graduando dentro de sala de aula, porque entenderam que sem a prática não se aprende a dar aula. Os estágios começam no segundo ano. Enquanto isso, no Brasil, 60% dos alunos de pedagogia estão matriculados em cursos a distância ou semipresenciais, sem controle efetivo da qualidade. Hoje, os dois únicos cursos geridos pelo Estado são medicina e pedagogia. O princípio para ambos é o mesmo: rigor na formação teórica e prática antes que os profissionais tenham contato com pacientes ou alunos sem supervisão.

A senhora estudou e viveu nos Estados Unidos. Como é a discussão lá?

Os Estados Unidos estão sempre patinando em educação básica porque não tomaram a decisão como país de transformar a carreira do professor. Lá existem nichos de excelência, mas observe os resultados nacionais. Estar mais de 30 colocações distantes dos primeiros lugares não é condizente com todo o potencial e recurso que os Estados Unidos têm.

O Brasil vive um momento de muita polarização política. É possível buscar consenso nesse contexto?

É difícil, mas é possível. O Chile também pode servir de inspiração. O país passou por uma transição complexa da ditadura para a democracia. O não a Pinochet ganhou só de

56% a 44%. No Brasil, as polaridades existem dentro de uma democracia. No Chile, não era assim. Todos os governos da fase democrática tiveram a sabedoria de perceber que tinham de buscar consenso de todos os setores. Uma quebra de paradigma não se dá por decreto. Ela precisa de um processo de convencimento e negociação.

Em algum momento o Brasil conseguiu esse consenso em torno da educação? Embora longo e tortuoso, o processo de chegar à Base Comum Curricular foi produtivo. Tivemos um impeachment, que é uma ruptura, e a discussão da base se manteve, porque não era político-partidária, era uma discussão de Estado.

Dava para ter feito isso antes?

Dava. Esse debate ficou interdito por anos pelo preconceito que a esquerda brasileira tinha com o tema. Outra oportunidade que o país perdeu foi na definição do piso salarial para os professores entre 2007 e 2008. Aquele era o momento para repensar a profissão, definir qual profissional queremos, com qual carreira. Perdemos a oportunidade de rediscutir a única profissão que não segue a lei trabalhista de 40 horas semanais no país. O docente pode acumular 65 horas em São Paulo e 71 horas no Rio de Janeiro.

Que tipo de reforma a senhora enxerga como possível hoje no Brasil?

Tem algumas coisas importantes acontecendo: o Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio. Como eu já citei, implementação é 75% do jogo. Agora, se quiser mudar o jogo mesmo, precisa mexer com o professor: formação, remuneração, avaliação. Mas eu não consigo ver isso ainda no horizonte do Brasil, infelizmente.

topo ↕

## **CORREIO POPULAR – SP - BRASIL**

### **Universidades terão 58% de verba**

#### **Ministério anuncia desbloqueio de R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano**

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais, anunciou ontem, em Brasília, o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço. O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. A liberação está prevista no decreto 10.028 publicado no Diário Oficial da União na última sexta-feira (27). Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão.

#### Universidades

Do total desbloqueado no MEC, as universidades receberão R\$ 1,156 bilhão. Com isso, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com 15% dessas verbas contingenciadas, segundo Weintraub.

No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram disponibilizados às instituições. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões. “Tudo isso vem de recursos suados do pagador de imposto, de famílias que deixam de consumir para pagar”, disse o ministro da Educação. “Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica”, explicou. Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC. Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão

destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, o que garante a continuidade do programa em 2020. Esse programa visa a compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas. Outros R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) receberá R\$ 105 milhões para aplicação de exames e formulação de políticas educacionais.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que 15% do dinheiro permanecerão contingenciados. O comportamento de um aluno em uma escola particular de Fortaleza, no Ceará, despertou a atenção de alguns pais. O adolescente matriculado em uma das unidades do Colégio Christus, localizada no bairro Aldeota, portava uma arma, aparentemente de brinquedo. Em um dos vídeos que circulou pela internet, ele mostrava o objeto para os colegas e até apontava para o rosto de um deles. As imagens foram feitas no último sábado, 28, mas só tiveram repercussão na manhã de ontem. Por meio de nota, a direção da escola afirma que “ações que reflitam a violência, ainda que sejam elas com a utilização de artefatos de brinquedo, são criteriosamente analisadas pelo colégio. As imagens que circulam mostrando jovens na calçada em frente à sede Barão de Sturdart no sábado, 28, motivaram a abertura de processo administrativo, que já está em curso avançado, com total prioridade da escola”. Na nota, a direção afirma o compromisso com a segurança de todos que estudam e trabalham na escola.

topo ↕

## O ESTADO - MS - BRASIL

### MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais, anunciou ontem (30), em Brasília, o ministro da Educação, Abraham Weintraub. Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. A liberação está prevista no decreto 10.028 publicado no Diário Oficial da União na última sexta-feira (27). Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão. Do total desbloqueado no MEC, as universidades receberão R\$ 1,156 bilhão.

Com isso, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com 15% dessas verbas contingenciadas, segundo Weintraub. No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram disponibilizados às instituições. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões. “Tudo isso vem de recursos suados do pagador de imposto, de famílias que deixam de consumir para pagar”, disse o ministro da Educação. “Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica”, explicou.

### Demais recursos

Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC. Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, garante a continuidade do programa em 2020.

Esse programa visa a compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas.

Outros R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) receberá R\$ 105 milhões para aplicação de exames e formulação de políticas educacionais.

topo ↕

## **A TARDE - BA - BAHIA**

### **Ufba afirma que liberação de verba é insuficiente**

A Universidade Federal da Bahia (Ufba), por meio de nota, disse considerar importante o desbloqueio, porém insuficiente dada a defasagem orçamentária acumulada nos últimos anos. “É o reconhecimento, por parte do MEC, de que as universidades não poderiam suportar sem a liberação do crédito bloqueado. A expectativa da Ufba continua sendo o desbloqueio da totalidade da previsão orçamentária para 2019, para executar o planejamento anual”, consta na nota. “Nossa prioridade é o desbloqueio de R\$ 24 milhões, ainda retidos”, disse o reitor João Carlos Sales, também presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). “Dos R\$ 14 mi bloqueados, agora, o MEC liberou R\$ 6,2 mi. Por conta do limite de empenho, só posso utilizar R\$ 3,2 milhões. Não é suficiente. Podemos não cumprir os contratos”, contou o pró-reitor de planejamento da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), José Joaquim Ramos. Até o fechamento desta edição, A TARDE não conseguiu contato com as universidades federais do Oeste da Bahia (Ufob) e do Vale do São Francisco (Univasf). Por meio da assessoria de imprensa, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) informou que “aguarda informações do setor de orçamento e planejamento acerca da situação e dos próximos passos”.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **MEC libera mais de R\$ 43,8 milhões para universidades e instituto federais da Paraíba**

#### **Desbloqueio anunciado nesta segunda-feira (30) recompõe parte do bloqueio de 30% do orçamento de UFPB, UFCG e IFPB em maio deste ano.**

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta segunda-feira (30) o descongelamento de aproximadamente R\$ 43,8 milhões para três Instituições de Ensino Superior (IES) na Paraíba. Dados repassados pelo MEC indicam que UFPB, UFCG e IFPB vão ter desbloqueados parte do orçamento que tinha contingenciado. No dia 3 de maio deste ano, o MEC anunciou o bloqueio de 30% do orçamento das IES na Paraíba, aproximadamente R\$ 90 milhões.

Ainda de acordo com anúncio do MEC, foram liberados pelo governo federal um total de R\$ 1,99 bilhão, sendo R\$ 1,156 bilhão apenas para as universidades e institutos federais de educação, representando aproximadamente 58% do valor descongelado pelo MEC. Três meses após o bloqueio, as três IES mantidas pelo governo federal da Paraíba previam colapso financeiro se não houve a recomposição de parte do orçamento bloqueado em maio.

Verbas discricionárias geridas pelo MEC na Paraíba

Instituições de Ensino Superior Verbas bloqueadas em maio/19 verbas desbloqueadas em setembro/19 verbas que seguem bloqueadas

UFPB R\$ 44 milhões R\$ 21,4 milhões R\$ 22,6 milhões  
UFCG R\$ 27 milhões R\$ 13 milhões R\$ 14 milhões  
IFPB R\$ 20 milhões R\$ 9,3 milhões R\$ 10,7 milhões  
Total R\$ 91 milhões R\$ 43,8 milhões R\$ 47,2 milhões  
Fonte: MEC

A UFPB é a instituição que vai ter o maior valor descontingenciado. De acordo com a planilha divulgada nesta segunda, vão ser repostos ao orçamento da Universidade Federal da Paraíba o valor de R\$ 21.451.412. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) vai ter R\$ 13.061.303 desbloqueado e o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) vai ter R\$ 9.338.393 liberado pelo ministério.

De acordo com nota enviada pelo MEC, “os valores já estão disponíveis para despesas de custeio das instituições, como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço”.

Com o descongelamento feito nesta segunda-feira, um volume de R\$ 43.851.108 para as três IES de administração federal na Paraíba, seguem bloqueadas cerca de R\$ 47,2 milhões dos aproximadamente R\$ 91 milhões bloqueados em maio deste ano.

#### Bolsas desbloqueadas

Além da recomposição do orçamento para gastos de manutenção dos IES, o anúncio de verbas desbloqueadas do MEC incluem também o descongelamento de bolsas mantidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (**Capes**). O MEC liberou aproximadamente R\$ 270 milhões para manutenção de bolsas de incentivo à pesquisa.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, explicou que ainda não foram definidos quais programas vão ser beneficiados com a liberação e que um estudo deve ser feito para indicar como vai ser usada a verba disponibilizada. Até o início de setembro, a Paraíba havia perdido 580 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado mantidas pela **Capes**.

“De posse dessa visão oficial do governo federal, de disponibilizar R\$ 270 milhões para a **Capes**, e da possibilidade de novos descontingenciamentos, vamos revisitar os programas e verificar o que pode ser flexibilizado até o final do ano”, frisou.

topo 

#### G1 - TEMPO REAL

**MEC libera recursos para seis universidades e três institutos de educação no RS**  
**Quase R\$ 100 milhões foram disponibilizados para despesas de custeio. Orçamento de universidades já passaram por dois contingenciamentos.**

Por G1 RS

A liberação de recursos anunciada nesta segunda-feira (30) pelo Ministério da Educação beneficiará seis universidades federais e três institutos de educação do Rio Grande do Sul. Foram disponibilizados R\$ 99.119.805 para despesas de custeio, como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

Valores liberados por entidade

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): R\$ 24.997.634

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): R\$18.806.504  
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA): R\$ 7.029.944  
Universidade Federal do Rio Grande (FURG): R\$ 8.487.012  
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL): R\$ 11.134.818  
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA): R\$ 4.697.808  
Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IF Rio Grande do Sul): R\$ 8.458.463  
Instituto Federal Farroupilha (IF Farroupilha): R\$ 7.394.715  
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IF Sul-Rio-Grandense): R\$ 8.112.907

A UFRGS vai usar o dinheiro para pagar contas de luz atrasadas desde junho, além de manter o restaurante universitário e os insumos para as aulas de graduação. De acordo com a reitoria, o dinheiro é suficiente para manter as atividades até o fim de outubro.

No total, o governo garantiu R\$ 1,99 bilhão para o ministério, que informa que repassará 58% do total às universidades.

Com isso, o percentual de despesas não obrigatórias das universidades que seguem contingenciadas caiu de 24,84%, anunciados no primeiro semestre, para 15%. Ao todo, seguem bloqueados R\$ 3,8 bilhões dos R\$ 6,1 bilhões suspensos desde o início do ano.

O restante dos recursos irá para bolsas da **Capes**, exames da educação básica, livros didáticos e pagamento de contas.

Desde o início deste ano, o MEC já passou por dois contingenciamentos no orçamento: R\$ 5,8 bilhões em abril e R\$ 348,47 milhões em julho.

[topo](#)

## TERRA - TEMPO REAL

### Recifes do Amazonas estão vivos e crescem, revela estudo

Após críticas de políticos e cientistas, estudiosos divulgam que algas, esponjas e corais na foz do Amazonas seguem em expansão. Especialistas pedem preservação na região cobiçada pela indústria do petróleo. Desde que foi descrito como um dos ecossistemas mais importantes num local pouco provável do oceano Atlântico, o grande complexo de recifes da Amazônia despertou crítica no mundo científico e político. A região onde está localizado, na foz do rio Amazonas, é cobiçada pela indústria do petróleo com uma reserva estimada em até 14 bilhões de barris.

Novas descobertas agora revelam mais detalhes sobre os recifes: estão vivos e em expansão. É a conclusão de um artigo científico publicado na revista Nature Scientific Reports na última semana, resultado de um estudo financiado pela **Capes**, em parceria com o programa internacional IODP.

"O que nós fizemos foi determinar as idades da estrutura da área e mostramos que as idades são atuais, ou seja, os recifes continuam crescendo, mesmo abaixo da pluma [de sedimentos transportada pelo Amazonas]", afirma a DW Brasil Michel Mahiques, do Instituto Oceanográfico da USP (Universidade de São Paulo), e primeiro autor do artigo.

Para muitos políticos e cientistas não envolvidos no estudo, seria impossível encontrar esse tipo de vida abaixo da pluma do Amazonas, que carrega materiais depositados pela floresta por centenas de quilômetros depois de encontrar o Atlântico. Essas

características influenciam a composição da água salgada e luminosidade que chega ao fundo do mar.

Em dezembro passado, a Fiepa, Federação das Indústrias do Pará, organizou um seminário em que classificou como "falsos" os estudos previamente publicados e que ONGs estariam "interferindo no desenvolvimento da Amazônia".

No entanto, análises feitas por pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e publicadas em revistas científicas apontam que há recifes espalhados por uma área que chega a 900 km de comprimento, que se estende pela costa norte brasileira, na faixa dos estados do Pará e Maranhão, até a Guiana Francesa. Estima-se que os recifes tenham cerca de 56 mil km<sup>2</sup>.

Formados por algas, esponjas e corais, esses recifes chegam a até 220 metros de profundidade, começaram a ser formados há cerca de 13 mil anos e se desenvolveram sob diferentes condições de luminosidade até se espalharem pela porção sul do Atlântico, afirma o artigo.

Segundo os autores, a análise dos materiais coletados no local em 2017 e 2019, feita com a técnica baseada no uso do Carbono 14, apontou idades modernas. "São mais jovens que 1950, que é a idade de referência do radiocarbono", pontua Mahiques. Com a técnica de datação baseada no carbono radioativo é possível rastrear materiais de até 45 mil anos de idade.

"É preciso lembrar que uma porção muito pequena dos recifes foi mapeada até o momento", ressalta Mahiques. "A importância dele reside muito mais na biodiversidade do que na existência de corais", complementa.

#### Ciência e discórdia

A possibilidade de existência desse ecossistema na região da foz do rio Amazonas é citada por cientistas desde meados de 1970. Por outro lado, foi só em 2016 que um estudo reuniu dados suficientes para comprovar a hipótese, que causou grande repercussão.

Em 2018, uma expedição científica a bordo do navio Esperanza, do Greenpeace, comprovou a existência de recifes sobre a faixa onde empresas de petróleo aguardavam autorização do governo brasileiro para perfurar. Além das estruturas recém-descobertas, a região tem uma das correntes mais fortes do mundo, que impõe dificuldades técnicas para instalação de plataformas de petróleo e poderia causar grandes estragos em caso de vazamento.

Ronaldo Francini-Filho, pesquisador da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), participou daquela missão. "Não acreditar que o Recife do Amazonas existe é o mesmo que não acreditar em mudanças climáticas", diz sobre os questionamentos feitos após a comprovação da existência das estruturas.

Na avaliação de Francini-Filho, um dos autores do artigo da Nature Scientific Reports, o negacionismo científico tem sido usado para justificar projetos que promovem elevada degradação ambiental em todo o mundo.

"Enquanto que uma maioria de cientistas indica que o aquecimento global está sendo causado principalmente pela ação humana, setores interessados na expansão de fontes de energia que emitem grande quantidade de gases de efeito estufa, como queima de petróleo, negam que existam mudanças climáticas", argumenta Francini-Filho.

O pesquisador ressalta que diferentes trabalhos científicos nos últimos dez anos têm apontado a existência de recifes de corais vivos até abaixo de 150 metros de profundidade. "No caso do Amazonas, temos um trabalho de sensoriamento remoto demonstrando que existe luz suficiente para o crescimento de corais e outros organismos construtores em áreas profundas da plataforma norte do Brasil, mesmo com a alta turbidez da água", argumenta, fazendo referência ao artigo divulgado na publicação científica Continental Shelf Research, especializada em ambientes marinhos em águas superficiais.

#### Interesse da indústria do petróleo

Por causa da reserva de petróleo estimada na foz do Amazonas, empresas internacionais e brasileiras tentam há anos obter licença para exploração. No fim de 2018, um parecer do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) barrou definitivamente o processo de licenciamento da Total. O da britânica BP continua em andamento.

Após as revelações da ciência e na tentativa de preservar o ecossistema ainda pouco conhecido, a ONG Greenpeace lançou a campanha internacional "Defenda os Corais da Amazônia". No início de setembro, uma equipe de profissionais realizou o primeiro mergulho profundo no local. Até então, o fundo do mar naquela porção tinha sido "visitado" por um submarino e um robô.

"Não podemos nos dar ao luxo de perfurar e queimar mais petróleo. Como uma comparação, mesmo se o desmatamento da Amazônia acabasse amanhã, se as reservas estimadas na região dos Corais da Amazônia forem queimadas, seria o mesmo que continuar a desmatar por mais oito anos", diz Thiago Almeida, coordenador da campanha do Greenpeace.

Francini-Filho ressalta que, apesar do nome da campanha do Greenpeace, corais não são organismo predominantes na região e que o termo ideal a ser utilizado é Recife do Amazonas. "Não só no Brasil, mas em diversas outras regiões do mundo, os recifes de corais são construídos predominantemente por outros organismos, e não corais. O nome Corais da Amazônia pode gerar confusão em leigos e ser utilizado como justificativa para desmerecer a existência do Recife do Amazonas pelos setores interessados na exploração de petróleo na região", diz.

Diante da polêmica, Fabiano Thomson, cientista da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e um dos autores do estudo, ressalta que há um grande potencial para criar novas soluções baseadas na biodiversidade dos recifes do Amazonas, e que é preciso saber respeitar resultados científicos.

"Precisamos desenvolver pesquisa científica independente. E as empresas precisam aprender a desenvolver a cultura de tomada de decisões com base em evidências científicas", afirmou à DW Brasil, citando que essa abordagem é comum para a criação de políticas públicas na Europa. "É importante parar esta atitude predatória e que

compra cumplicidade de certos pesquisadores para avaliar atividades sem evidência científica", opina Thompson.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Governo libera R\$ 1,15 bilhão do orçamento de universidades

Com desbloqueio, permanecem bloqueadas agora 15% de verbas discricionárias, que não são obrigatórias, das instituições. Ao todo, 1,99 bilhão de reais de recursos do MEC são liberados. O governo federal liberou 1,99 bilhão de reais que foram bloqueados do orçamento do Ministério da Educação (MEC). Universidades e institutos federais receberam 58% do valor liberado, cerca de 1,15 bilhão de reais.

O restante será distribuído para o pagamento de bolsas vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, realização de exames, como o Enem, compra de material didático e pagamento de contas. O desbloqueio foi autorizado pelo governo federal em 17 de setembro e divulgado nesta segunda-feira (30/09).

Neste ano, o MEC teve 5,8 bilhões de reais de seu orçamento contingenciado. Com o bloqueio, 2,2 bilhões de reais que eram repassados a universidades foram congelados, atingindo 30% das verbas discricionárias das instituições, aquelas que não são obrigatórias. Com a liberação atual, cerca de 15% deste tipo de despesa permanecem congelados.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que os recursos liberados serão distribuídos igualmente entre as universidades. "Não foi corte, foi contingenciamento, por isso estamos descontingenciando, como anunciamos desde o primeiro momento. "Tudo foi feito para não ter interrupção dos serviços", ressaltou.

Weintraub afirmou que o governo analisa liberar todos os recursos que foram contingenciados até o final do ano, dependendo da arrecadação. Das verbas repassadas ao MEC, 3,8 bilhões de reais permanecem bloqueados.

"Não tem como afirmar, mas a probabilidade hoje é muito maior do que era há seis meses atrás. A gente caminha para descontingenciar quase a totalidade do que foi contingenciado", destacou o ministro.

O governo desbloqueou ao todo 8,3 bilhões de reais do orçamento federal, que foi contingenciado neste ano.

Os cortes e contingenciamentos na Educação impulsionaram uma série de protestos no país. Weintraub gerou revolta ao anunciar os contingenciamentos nas universidades afirmando que cortaria recursos de instituições que supostamente promoveriam "balbúrdia".

CN/abr/ots

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Recifes do Amazonas estão vivos e crescem, revela estudo

Após críticas de políticos e cientistas, estudiosos divulgam que algas, esponjas e corais na foz do Amazonas seguem em expansão. Especialistas pedem preservação na região cobiçada pela indústria do petróleo. Desde que foi descrito como um dos ecossistemas mais importantes num local pouco provável do oceano Atlântico, o grande complexo de recifes da Amazônia despertou crítica no mundo científico e político. A região onde está localizado, na foz do rio Amazonas, é cobiçada pela indústria do petróleo com uma reserva estimada em até 14 bilhões de barris.

Novas descobertas agora revelam mais detalhes sobre os recifes: estão vivos e em expansão. É a conclusão de um artigo científico publicado na revista Nature Scientific Reports na última semana, resultado de um estudo financiado pela **Capes**, em parceria com o programa internacional IODP.

"O que nós fizemos foi determinar as idades da estrutura da área e mostramos que as idades são atuais, ou seja, os recifes continuam crescendo, mesmo abaixo da pluma [de sedimentos transportada pelo Amazonas]", afirma a DW Brasil Michel Mahiques, do Instituto Oceanográfico da USP (Universidade de São Paulo), e primeiro autor do artigo.

Para muitos políticos e cientistas não envolvidos no estudo, seria impossível encontrar esse tipo de vida abaixo da pluma do Amazonas, que carrega materiais depositados pela floresta por centenas de quilômetros depois de encontrar o Atlântico. Essas características influenciam a composição da água salgada e luminosidade que chega ao fundo do mar.

Em dezembro passado, a Fiepa, Federação das Indústrias do Pará, organizou um seminário em que classificou como "falsos" os estudos previamente publicados e que ONGs estariam "interferindo no desenvolvimento da Amazônia".

No entanto, análises feitas por pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e publicadas em revistas científicas apontam que há recifes espalhados por uma área que chega a 900 km de comprimento, que se estende pela costa norte brasileira, na faixa dos estados do Pará e Maranhão, até a Guiana Francesa. Estima-se que os recifes tenham cerca de 56 mil km<sup>2</sup>.

Formados por algas, esponjas e corais, esses recifes chegam a até 220 metros de profundidade, começaram a ser formados há cerca de 13 mil anos e se desenvolveram sob diferentes condições de luminosidade até se espalharem pela porção sul do Atlântico, afirma o artigo.

Segundo os autores, a análise dos materiais coletados no local em 2017 e 2019, feita com a técnica baseada no uso do Carbono 14, apontou idades modernas. "São mais jovens que 1950, que é a idade de referência do radiocarbono", pontua Mahiques. Com a técnica de datação baseada no carbono radioativo é possível rastrear materiais de até 45 mil anos de idade.

"É preciso lembrar que uma porção muito pequena dos recifes foi mapeada até o momento", ressalta Mahiques. "A importância dele reside muito mais na biodiversidade do que na existência de corais", complementa.

## Ciência e discórdia

A possibilidade de existência desse ecossistema na região da foz do rio Amazonas é citada por cientistas desde meados de 1970. Por outro lado, foi só em 2016 que um estudo reuniu dados suficientes para comprovar a hipótese, que causou grande repercussão.

Em 2018, uma expedição científica a bordo do navio Esperanza, do Greenpeace, comprovou a existência de recifes sobre a faixa onde empresas de petróleo aguardavam autorização do governo brasileiro para perfurar. Além das estruturas recém-descobertas, a região tem uma das correntes mais fortes do mundo, que impõe dificuldades técnicas para instalação de plataformas de petróleo e poderia causar grandes estragos em caso de vazamento.

Ronaldo Francini-Filho, pesquisador da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), participou daquela missão. "Não acreditar que o Recife do Amazonas existe é o mesmo que não acreditar em mudanças climáticas", diz sobre os questionamentos feitos após a comprovação da existência das estruturas.

Na avaliação de Francini-Filho, um dos autores do artigo da Nature Scientific Reports, o negacionismo científico tem sido usado para justificar projetos que promovem elevada degradação ambiental em todo o mundo.

"Enquanto que uma maioria de cientistas indica que o aquecimento global está sendo causado principalmente pela ação humana, setores interessados na expansão de fontes de energia que emitem grande quantidade de gases de efeito estufa, como queima de petróleo, negam que existam mudanças climáticas", argumenta Francini-Filho.

O pesquisador ressalta que diferentes trabalhos científicos nos últimos dez anos têm apontado a existência de recifes de corais vivos até abaixo de 150 metros de profundidade. "No caso do Amazonas, temos um trabalho de sensoriamento remoto demonstrando que existe luz suficiente para o crescimento de corais e outros organismos construtores em áreas profundas da plataforma norte do Brasil, mesmo com a alta turbidez da água", argumenta, fazendo referência ao artigo divulgado na publicação científica Continental Shelf Research, especializada em ambientes marinhos em águas superficiais.

## Interesse da indústria do petróleo

Por causa da reserva de petróleo estimada na foz do Amazonas, empresas internacionais e brasileiras tentam há anos obter licença para exploração. No fim de 2018, um parecer do Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) barrou definitivamente o processo de licenciamento da Total. O da britânica BP continua em andamento.

Após as revelações da ciência e na tentativa de preservar o ecossistema ainda pouco conhecido, a ONG Greenpeace lançou a campanha internacional "Defenda os Corais da Amazônia". No início de setembro, uma equipe de profissionais realizou o primeiro mergulho profundo no local. Até então, o fundo do mar naquela porção tinha sido "visitado" por um submarino e um robô.

"Não podemos nos dar ao luxo de perfurar e queimar mais petróleo. Como uma comparação, mesmo se o desmatamento da Amazônia acabasse amanhã, se as reservas estimadas na região dos Corais da Amazônia forem queimadas, seria o mesmo que continuar a desmatar por mais oito anos", diz Thiago Almeida, coordenador da campanha do Greenpeace.

Francini-Filho ressalta que, apesar do nome da campanha do Greenpeace, corais não são organismo predominantes na região e que o termo ideal a ser utilizado é Recife do Amazonas. "Não só no Brasil, mas em diversas outras regiões do mundo, os recifes de corais são construídos predominantemente por outros organismos, e não corais. O nome Corais da Amazônia pode gerar confusão em leigos e ser utilizado como justificativa para desmerecer a existência do Recife do Amazonas pelos setores interessados na exploração de petróleo na região", diz.

Diante da polêmica, Fabiano Thomson, cientista da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e um dos autores do estudo, ressalta que há um grande potencial para criar novas soluções baseadas na biodiversidade dos recifes do Amazonas, e que é preciso saber respeitar resultados científicos.

"Precisamos desenvolver pesquisa científica independente. E as empresas precisam aprender a desenvolver a cultura de tomada de decisões com base em evidências científicas", afirmou à DW Brasil, citando que essa abordagem é comum para a criação de políticas públicas na Europa. "É importante parar esta atitude predatória e que compra cumplicidade de certos pesquisadores para avalizar atividades sem evidência científica", opina Thompson.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Reitor e conselheiros da UFFS discordam de resultado de reunião que debateu pedido de destituição**

### **Discussão envolve base de cálculo para decidir número de integrantes que formam dois terços do conselho.**

O resultado da reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) que ocorreu na tarde desta segunda-feira (30) não tem consenso entre todos os integrantes. O encontro discutiu o envio ou não de um pedido de destituição do reitor, Marcelo Recktenvald. Para ele, a medida não foi aprovada. Para outros conselheiros, sim.

A reunião ocorreu em Chapecó, no Oeste catarinense. O impasse está no número de conselheiros necessários para se ter dois terços do conselho. Isso porque, para aprovar o envio do pedido de destituição, seria preciso que dois terços do Consuni votassem favoravelmente a essa proposta.

No entendimento do reitor, há 54 conselheiros. Nesse caso, dois terços seriam 36. A proposta de destituição recebeu 35 votos favoráveis, 12 contra e duas abstenções. Dessa forma, o pedido seria rejeitado pelo Consuni.

Porém, esse resultado foi questionado por um professor, que argumentou que o regimento interno do conselho se refere a dois terços dos conselheiros com direito a voto na sessão. Foi apresentado recurso ao Consuni ainda durante a reunião.

A conselheira Dariane Carlesso explicou ao G1 que, do total de 54 vagas do Consuni, uma delas não está preenchida, outra é ocupada pelo reitor, que só vota em situações de empate, e outra é do presidente da sessão, que também não vota. Nesse entendimento, o número de conselheiros com direito a voto é de 51 e, os dois terços, são 34.

Após a apresentação do recurso, segundo Carlesso, o reitor e alguns conselheiros deixaram a sessão. Permaneceram na reunião 41 conselheiros, que votaram pelo entendimento de 51 como o número de votantes. "E tendo tido 35 votos favoráveis, foi considerada aprovada a proposta", disse a conselheira.

Em nota, a reitoria da UFFS afirma que o pedido de destituição não foi aprovado. "O Consuni possui 54 votantes e eram precisos dois terços (36 votos) para que a proposta fosse aprovada. O resultado foi de 35 votos favoráveis à proposta".

## Impasse

Agora, conforme a conselheira, a secretaria da reitoria tem sete dias úteis para publicar o resultado da reunião no site da UFFS. O pedido de destituição do reitor está pronto e foi lido na reunião desta segunda. Caso o resultado seja o entendimento dos conselheiros, o pedido poderá ser encaminhado em seguida à publicação no site da universidade, para a Presidência da República.

Se o resultado publicado for o entendimento da reitoria, a proposta não será enviada a Brasília e o que foi publicado será contestado na próxima reunião ordinária do Consuni, que ocorre em 17 de outubro.

Carlesso explicou que a ata da reunião será feita por uma conselheira, que deixou a sessão junto com o reitor após a apresentação do recurso, e que esse documento também precisará ser analisado na próxima reunião ordinária do Consuni.

## Questionamento

Os conselheiros questionam a nomeação de Recktenvald para o cargo de reitor. Em carta entregue a ele com pedido de renúncia, eles afirmam que "sua nomeação, feita pelo Presidente da República, por meio de Decreto publicado no Diário Oficial da União em 30 de agosto de 2019, representa clara violação à autonomia da UFFS e desrespeito para com a comunidade universitária."

Estudantes também protestaram contra o reitor. Eles chegaram a ocupar o prédio da reitoria por 20 dias.

## Lista tríplice

Recktenvald assumiu o lugar de Jaime Giolo, que ocupava o cargo de reitor eleito da UFFS desde 2015, quando ocorreu o primeiro processo de consulta prévia à comunidade universitária e a votação do Consuni. Antes disso, desde 2009, o próprio Giolo estava à frente do cargo como reitor pro tempore, ou seja, que foi designado temporariamente pelo Ministério da Educação (MEC).

O processo de escolha de composição da lista tríplice para reitoria da universidade - o segundo em sua história - teve o primeiro turno realizado em 29 de abril deste ano. O processo de consulta prévia contou com quatro chapas inscritas e participação de mais de 6 mil pessoas. Recktenvald teve 21,40% do total de votantes, ficando em terceiro

lugar.

O reitor nomeado por Bolsonaro não chegou a participar do segundo turno do processo, realizado em 28 de maio. Participaram as duas chapas mais votadas. O resultado foi Anderson André Genro Alves Ribeiro em primeiro lugar, com 54,1%; e Antônio Inácio Andrioli, com 45,9%.

Segundo a UFFS, não há hierarquia na lista tríplice, ou seja, qualquer um dos três indicados pelo Conselho Universitário pode ser nomeado. Conforme a legislação vigente, “o reitor e o vice-reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal”. O reitor recém-empossado da UFFS foi nomeado por meio do Decreto de 29 de agosto de 2019.

A UFFS atualmente tem campi em seis cidades, entre os três estados do Sul. Em Santa Catarina está o maior deles, em Chapecó. No Rio Grande do Sul, são três campi, em Passo Fundo, Erechim e Cerro Largo. Há dois também no Paraná, em Laranjeiras do Sul e Realeza.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Ministério da Educação detalha destino de R\$ 2 bilhões**

**Universidades e institutos federais vão receber a maior parte do dinheiro. Verba estava contingenciada desde março.**

O Ministério da Educação detalhou nesta segunda (30) o destino dos quase R\$ 2 bilhões liberados na semana passada. As universidades e os institutos federais receberão a maior parte do dinheiro.

Reitores em todo o país reclamam da dificuldade para pagar despesas como água, energia elétrica e outras prestações de serviço. Agora, vão receber pouco mais de R\$ 1 bilhão, 58% do total liberado. O dinheiro vai direto para as universidades e institutos federais.

As universidades e institutos federais estão com as contas em alerta desde o contingenciamento de março. No total, estavam bloqueados R\$ 6 bilhões, causando impacto em contratos e projetos que tiveram de ser suspensos ou adiados. Quase R\$ 4 bilhões ainda seguem bloqueados.

João Carlos Salles, presidente da associação que reúne os reitores (Andifes), disse que o desbloqueio é importante, mas não é suficiente.

“Não é ainda suficiente para a execução orçamentária plena das universidades e nós vamos continuar brigando por isso. As universidades têm trabalhado com uma expectativa inferior às suas necessidades, ou seja, nós crescemos, houve inflação, nós precisamos de mais e estamos trabalhando com menos”, disse Salles.

Também foram liberados R\$ 270 milhões para bolsas de estudos já concedidas pela **Capes**; R\$ 100 milhões para o Inep realizar exames da educação básica, como o Enem e a Avaliação Nacional de Alfabetização; R\$ 290 milhões para a compra e

distribuição de livros didáticos da educação básica em 2020; o restante para pagamentos de despesas gerais.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que, até o fim de outubro, quando o governo espera já ter aprovada a reforma da Previdência, deve anunciar uma nova liberação de dinheiro.

“Passando a Previdência pelo Congresso, a economia vai recuperar. Vai gerar emprego, vai voltar o investimento. A taxa de juro vai cair. Percepção de risco vai ser reduzida e tudo isso vai desencadear um aumento de arrecadação. Esse aumento de arrecadação permitirá que nós descontingenciemos os recursos”, afirmou.

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Prazo para bolsas remanescentes do ProUni é prorrogado até sexta-feira**

Agência Brasil

Os estudantes matriculados em universidades particulares podem concorrer às bolsas remanescentes do Programa Universidade para Todos (ProUni) até o dia 4 de outubro. O anúncio foi feito hoje (30) pelo Ministério da Educação (MEC). A previsão inicial de encerramento para pleitear bolsa era nesta segunda-feira.

Podem pleitear as bolsas remanescentes estudantes que não foram selecionados na primeira e segunda chamadas, além da lista de espera. As inscrições devem ser realizadas no site do programa.

As vagas são para o segundo semestre do ano. Nesta etapa, não há chamadas ou nota de corte diária. A ocupação das bolsas é realizada conforme a ordem de inscrição. Ao concluir a inscrição, a bolsa automaticamente é reservada ao candidato.

Para concorrer às bolsas remanescentes do ProUni é preciso ter participado de qualquer edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010, com nota superior a 450 pontos e sem ter zerado a prova de redação e não ter diploma anterior de curso superior. Professores da rede pública e que não tenham participado do Enem podem se inscrever às bolsas de estudo em cursos de licenciatura.

Quem for selecionado deverá comparecer à instituição de ensino nos dois dias úteis após a inscrição para comprovar as informações prestadas.

## **AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL**

### **MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades**

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais, anunciou hoje (30), em Brasília, o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, participa do 21º Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro - FNEBP, no World Trade Center São Paulo.

O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. A liberação está prevista no decreto 10.028 publicado no Diário Oficial da

União na última sexta-feira (27).

Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão.

Do total desbloqueado no MEC, as universidades receberão R\$ 1,156 bilhão. Com isso, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com 15% dessas verbas contingenciadas, segundo Weintraub.

No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram disponibilizados às instituições. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões.

“Tudo isso vem de recursos suados do pagador de imposto, de famílias que deixam de consumir para pagar”, disse o ministro da Educação. “Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica”, explicou.

Demais recursos

Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC.

Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, o que garante a continuidade do programa em 2020. Esse programa visa a compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas.

Outros R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) receberá R\$ 105 milhões para aplicação de exames e formulação de políticas educacionais.

[topo](#)

**AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL**

**MEC destina 58% de verba desbloqueada para universidades**

**Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço**

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais, anunciou hoje (30), em Brasília, o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. A liberação está prevista no decreto 10.028 publicado no Diário Oficial da União na última sexta-feira (27).

Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão.

Do total desbloqueado no MEC, as universidades receberão R\$ 1,156 bilhão. Com isso, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com 15% dessas verbas contingenciadas, segundo Weintraub.

No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram disponibilizados às instituições. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões.

“Tudo isso vem de recursos suados do pagador de imposto, de famílias que deixam de consumir para pagar”, disse o ministro da Educação. “Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica”, explicou.

Acompanhe as principais notícias também no Facebook do Valor Investe  
Demais recursos

Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC.

Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, o que garante a continuidade do programa em 2020. Esse programa visa a compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas.

Outros R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) receberá R\$ 105 milhões para aplicação de exames e formulação de políticas educacionais.

topo 

## **DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS**

### **MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades**

#### **Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica**

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais, anunciou hoje (30), em Brasília, o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. A liberação está prevista no decreto 10.028 publicado no Diário Oficial da União na última sexta-feira (27).

Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão.

Do total desbloqueado no MEC, as universidades receberão R\$ 1,156 bilhão. Com isso, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com 15% dessas verbas contingenciadas, segundo Weintraub.

No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram disponibilizados às instituições. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões.

“Tudo isso vem de recursos suados do pagador de imposto, de famílias que deixam de consumir para pagar”, disse o ministro da Educação. “Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica”, explicou.

Demais recursos

Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC.

Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, o que garante a continuidade do programa em 2020. Esse programa visa a compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas.

Outros R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) receberá R\$ 105 milhões para aplicação de exames e formulação de políticas educacionais. (ABr)

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **UERR abre seleção com 20 vagas para cargo de professor formador**

**Inscrições vão de 7 a 9 de outubro; veja edital.**

A Universidade Estadual de Roraima (Uerr) lançou edital para contratação de professor formador. São ofertadas 20 vagas e as inscrições vão de 7 a 9 de outubro.

VEJA AQUI O EDITAL.

As vagas são para professor formador I e II, para atuar no Programa de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), como bolsista da **CAPES**. Podem participar professores com titulação de especialista e que tenham experiência mínima de 3 anos no magistério superior.

As vagas são para três cursos de 1ª Licenciatura: Língua Portuguesa e Espanhol, Língua Portuguesa e Inglês, e Ciências da Natureza e Matemática. As aulas do primeiro curso serão realizadas no Campus de Excelência Aplicada à Educação. Os outros dois serão do Polo de Normandia.

As inscrições serão realizadas na sala da Coordenação Geral do PARFOR, no Campus de Excelência Aplicada à Educação da UERR, na Av. Nazaré Filgueiras, 1812, bairro Dr. Sílvio Botelho, no horário de 8h30 às 17h30.

topo ↕

## **JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL**

**“Há uma clara política de reduzir o apoio à C&T no Brasil”**

**Para André Furtado, professor do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp, o CNPq é uma das principais vítimas desta política que não é verbalizada, mas acontece de fato**

“O CNPq tem uma ampla gama de atuações, sendo a principal instituição de fomento à pesquisa em nível federal, e vinha numa trajetória de crescimento que permitiu inclusive erguer um prédio próprio, inaugurado em 2010 e capaz de congrega todos os serviços que funcionavam dispersos pela Capital Federal”, afirma o professor André Tosi Furtado, do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) do Instituto de Geociências (IG) da Unicamp. “Este processo começou a se inverter há cinco anos, com a perda de importância do órgão e cortes sucessivos de recursos – já a **Capes** foi mais preservada no início desse governo, mas acho que as coisas estão piorando também por lá.”

André Furtado é o segundo convidado a oferecer um histórico sobre a importância do CNPq para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e analisar a crise que ameaça o futuro do órgão. “Acredito que há uma clara política de reduzir o apoio à C&T no Brasil, que não é verbalizada, mas que está acontecendo de fato. Houve cortes muito profundos na área e o CNPq foi uma das principais vítimas deste processo. É preciso esclarecer que a C&T não está vinculada apenas ao MCTIC [Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações], que assume parte do sistema, enquanto outra parte importante fica fora do seu âmbito, como no MEC (por meio da **Capes**), no Ministério da Agricultura (com a Embrapa) ou no Ministério da Defesa.”

Conforme o professor da Unicamp, cada área de governo possui uma força política maior ou menor e, dentre estas forças, ele considera que a do MCTIC não é grande. “Isso concede fragilidade a tudo o que está no seu âmbito, como o CNPq e os institutos públicos de pesquisa igualmente em situação extremamente crítica. Faço parte do Conselho Técnico Científico do Inpe [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais], também ligado ao MCTIC e alvo de críticas do próprio governo, o que dá a entender que o fenômeno é bem mais amplo. Enfim, há uma desestruturação do sistema de C&T em vários aspectos, o que acho bastante preocupante.”

André Furtado lembra que o CNPq foi o primeiro órgão de apoio e planejamento em pesquisa constituído no Brasil, em 1951, com a missão inicialmente voltada para a energia nuclear, área considerada prioritária no período do pós-guerra. “Posteriormente, com a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), em 1956, o CNPq assumiu a função mais de apoio à pesquisa civil em C&T e, logo, de planejamento. Durante o governo militar, vinculada à Secretaria de Planejamento, a agência obteve forte apoio e se desenvolveu bastante, passando a elaborar os planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico e ocupando um papel central no sistema.”

Com a redemocratização do país, acrescenta o docente do IG, criou-se o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que assumiu parte das funções do CNPq, ao qual foi atribuída maior carga de fomento à pesquisa fundamentalmente científica e acadêmica. “Na verdade, o processo decisório sobre parcela importante da alocação de recursos cabe à comunidade científica, através dos comitês científicos, em que pesem as prioridades políticas e áreas consideradas estratégicas.”

Furtado informa que foi a partir de 2005 que o CNPq apresentou um crescimento bastante expressivo no financiamento à pesquisa. Esse financiamento cresceu ainda

mais ao assumir parte do programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com consequente aumento do volume de bolsas para o exterior. “O CNPq responde ainda pelo financiamento de projetos de pesquisa, a exemplo do INCT (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia). O Rhae [Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas], voltado para a competitividade, também foi aumentando em importância com a concessão de bolsas para fixar mestres e doutores em equipes de pesquisa das empresas. Já o doutorado acadêmico industrial é uma iniciativa mais recente, para atrair doutorandos às universidades, mas fazendo suas pesquisas em empresas.”

O docente da Unicamp é de opinião que a pós-graduação no Brasil está bastante em jogo porque vivenciou grande expansão e agora o governo quer fazer o ajuste com um corte profundo. “Não sei o que será mantido depois desse corte, provavelmente pouca coisa será preservada de todo o sistema que está por trás da produção científica, e responsável por grande parte do investimento público em C&T. Poderíamos perguntar se pretendem tirar de uma área e colocar em outra de interesse específico, mas não creio em crescimento nem mesmo na área militar, que tem peso diferenciado no jogo de poder, sendo o setor civil, obviamente, o mais vulnerável.”

Na Unicamp, segundo a Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP), 1.113 alunos de pós-graduação correm o risco de ficar sem seus vencimentos depois de setembro se não houver aporte orçamentário ao CNPq: são 478 de mestrado e 635 de doutorado, havendo ainda cerca de 650 graduandos com contratos de iniciação científica. “Se continuar assim, os alunos vão ter que se virar. Na Argentina o sistema de pós-graduação é muito menos desenvolvido, e pago, embora não seja um valor alto. Possivelmente caminemos na mesma direção. O Banco Mundial sempre colocou que o ensino superior deve ser cobrado e a pós-graduação, mais ainda. Questionam por que o Brasil gasta tanto se forma poucas pessoas; não olham pelo lado da pesquisa. Se aparentemente o sistema é ineficiente, para quê manter toda essa estrutura funcionando?”

Furtado considera preocupantes os rumores de fusão com a **Capes** ou mesmo da extinção do CNPq, recordando uma experiência pregressa – e trágica – com o governo Collor. “A MP 150 [medida provisória], de março de 1990, extinguiu a **Capes**, desencadeando intensa mobilização acadêmica e científica que conseguiu reverter a decisão que ainda seria apreciada pelo Congresso Nacional. Mas à época a verba cessou, a **Capes** parou de pagar as bolsas e o que poderia parecer uma racionalização, acabou se mostrando altamente destrutivo, pois exigiria um remanejamento orçamentário.”

O professor do IG argumenta, por exemplo, que o CNPq não tem a capacidade da **Capes** para avaliar programas e atribuir notas, o que considera muito importante para melhorar a pós-graduação do país. “As duas instituições são bastante complementares, cada uma atuando em seu plano, o que dá mais resiliência à política de C&T em nível federal. Se acabarem com uma delas, provavelmente o seu orçamento sumirá junto; e uma suposta fusão seria, na prática, a extinção do CNPq. Ademais, isso não foi objeto de debate, não se apresentou um plano. Tudo bem reestruturar, mas é preciso saber para onde vamos. O que se ouve são rumores do que parece mais o aniquilamento de um setor, o que acho difícil. Mas no momento que estamos passando, tudo pode acontecer.”

Interesses outros

O pesquisador ignora se procede a hipótese de que o enfraquecimento do sistema de ciência e tecnologia serviria a interesses externos, embora considere a possibilidade. “Estão contratando uma empresa para monitoramento ambiental e prescindindo do Inpe. Entendo que a C&T pede um investimento de longo prazo e hoje não é uma prioridade para as elites econômicas, que consideram isso desnecessário ou pouco interessante para elas. Sempre achei que o Brasil é uma espécie de anomalia em termos de investimento na área dentro da América Latina: o Chile, por exemplo, destina 0,3% do PIB em P&D e o Brasil, 1,2% – acho que hoje não mais, pois os dados que o MCTIC vem divulgando são duvidosos, para dizer o mínimo; devemos estar em torno de 1,05%.”

André Furtado diz perceber uma questão ideológica nesta crise no ensino superior e na pesquisa, com as universidades sendo taxadas, por exemplo, de “centros de subversão”. “Isso se parece muito com o que vimos no golpe militar, que no início foi muito desfavorável às universidades, tendo havido expurgos como na UnB e na USP. Havia um sentimento anti-universidade e que foi reforçado com o AI-5 – depois, os militares mudaram bastante a sua orientação. Este governo parece reproduzir aquele sentimento, enxergando a comunidade científica como foco de subversão e contestação, com acusações do tipo que o diretor do Inpe [Ricardo Galvão] estaria a serviço de ONGs. Existe o risco de revivermos as mesmas situações do passado, com perseguições, o que torna a pesquisa acadêmica civil bem vulnerável a esse momento.”

Jornal Unicamp

topo ↕

## JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

### Cortes na ciência elevam necessidade de importações

“Nossa preocupação imediata é recuperar recursos para que o CNPq e **Capex** possam terminar o ano com condições mínimas de funcionamento. Para o ano que vem a situação é ainda mais grave porque os recursos da **Capex** são reduzidos em praticamente 50% do previsto para esse ano, que já era menor que anos anteriores”, afirma o presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, em reportagem do Valor Econômico

Limitar investimento em políticas públicas de educação e ciência pode levar o país a entrar em um estado de dependência de importações insustentável para a indústria farmacêutica. Essa é a opinião de Carlos Gadelha, coordenador das ações de prospecção da presidência da Fiocruz e líder do Grupo de Pesquisa sobre Desenvolvimento, Complexo Econômico-industrial e Inovação em Saúde (CPGIS).

“Somos um país que exporta produtos de menor tecnologia e importa os de maior. Nosso déficit comercial em saúde é de US\$ 12 bilhões e temos uma dependência de externa que nos custa US\$ 20 bilhões, incluindo importações de produtos e pagamentos de royalties de patentes e de tecnologia relacionada a serviços para saúde como softwares”, afirma. O montante equivale a 75% do orçamento anual do Ministério da Saúde.

Gadelha lembra que dos R\$ 7 bilhões de arrecadação prevista em 2019 por meio dos fundos setoriais criados para fomento do setor de ciência e tecnologia, apenas 10% foram liberados para empenho e 5% para gastos. “É a menor liberação em 20 anos. É preciso entender que recursos aplicados em ciência e tecnologia não são gastos, são investimentos fundamentais para a competitividade do Brasil a longo prazo”, diz ele.

Gadelha afirma que nos últimos anos o país avançou por meio da política de genéricos e parcerias de desenvolvimento produtivo para internalizar tecnologias. “Esses avanços têm o risco de ser abortados ou estagnados. Um dos exemplos de avanço vem da Fiocruz, que acaba de lançar dois biofármacos de última geração para tratamento de doenças crônicas. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a entrar na fronteira da biotecnologia”, afirma.

Embora os investimentos em ciência e tecnologia já viessem diminuindo desde 2014, ainda se mantinha um nível mínimo para o funcionamento básico de órgãos como CNPQ e **Capex**. “Do ano passado para cá esse problema aumentou muito, o que levou, por exemplo, o CNPQ à supressão de bolsas. É uma situação trágica porque afeta 84 mil bolsistas, desde iniciação básica até pesquisadores de mestrado e doutorado”, explica Ildeu de Castro Moreira, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). “Nossa preocupação imediata é recuperar recursos para que o CNPQ e **Capex** possam terminar o ano com condições mínimas de funcionamento. Para o ano que vem a situação é ainda mais grave porque os recursos da **Capex** são reduzidos em praticamente 50% do previsto para esse ano, que já era menor que anos anteriores”, afirma.

Leia na íntegra: Valor Econômico

O Valor Econômico não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante.

topo ↕

## **PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL**

### **MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades**

#### **Governo desbloqueou R\$ 1,99 bilhão da pasta**

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais, anunciou hoje (30), em Brasília, o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. A liberação está prevista no decreto 10.028 publicado no Diário Oficial da União na última sexta-feira (27).

Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão.

Do total desbloqueado no MEC, as universidades receberão R\$ 1,156 bilhão. Com isso, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com 15% dessas verbas contingenciadas, segundo Weintraub.

No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram disponibilizados às instituições. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões.

“Tudo isso vem de recursos suados do pagador de imposto, de famílias que deixam de

consumir para pagar”, disse o ministro da Educação. “Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica”, explicou.

Demais recursos

Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC.

Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, o que garante a continuidade do programa em 2020. Esse programa visa a compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas.

Outros R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) receberá R\$ 105 milhões para aplicação de exames e formulação de políticas educacionais.

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **MEC libera R\$ 1,156 bilhão para universidades e instituições federais**

#### **Valor corresponde a pouco mais da metade do que havia sido contingenciado no orçamento deste ano para as unidades federais**

São Paulo — O Ministério da Educação anunciou nesta segunda-feira, 30, o descontingenciamento de R\$ 1,156 bilhão para as universidades federais. Isso corresponde a pouco mais da metade do que havia sido contingenciado no orçamento deste ano para as unidades.

Os recursos serão distribuídos proporcionalmente, de acordo com bloqueio realizado em cada universidade. A verba, de acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, chega ao cofres das instituições ainda nesta segunda.

Universidades têm ainda 15% da verba discricionária – usada, por exemplo, para pagamento de gastos com empresas de segurança, alimentação ou gastos com energia – bloqueadas. Weintraub disse esperar que uma nova parcela da verba contingenciada seja liberada em outubro, mas não garantiu a liberação do total congelado.

As verbas anunciadas para universidades fazem parte de um total de R\$ 1,990 bilhão do orçamento do Ministério da Educação que estava bloqueado e que foi liberado pelo governo. Além das universidades e institutos federais, serão desbloqueados R\$ 270 milhões para **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, R\$ 105 milhões para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e R\$ 290 milhões para o Programa Nacional dos Livros Didáticos.

O MEC teve contingenciado o equivalente a R\$ 5,8 bilhões no primeiro semestre deste ano. Há ainda outros R\$ 3,8 bilhões que continuam bloqueados. A fatia destinada nesta segunda-feira para universidades corresponde a 58% do total liberado.

topo ↕

## PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

### MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais, anunciou hoje (30), em Brasília, o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, participa do 21º Fórum Nacional do Ensino Superior Particular Brasileiro - FNEBP, no World Trade Center São Paulo.

O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. A liberação está prevista no decreto 10.028 publicado no Diário Oficial da União na última sexta-feira (27).

Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão.

Do total desbloqueado no MEC, as universidades receberão R\$ 1,156 bilhão. Com isso, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com 15% dessas verbas contingenciadas, segundo Weintraub.

No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram disponibilizados às instituições. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões.

“Tudo isso vem de recursos suados do pagador de imposto, de famílias que deixam de consumir para pagar”, disse o ministro da Educação. “Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica”, explicou.

#### Demais recursos

Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC.

Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, o que garante a continuidade do programa em 2020. Esse programa visa a compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas.

Outros R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

[topo](#)

## RÁDIO CBN - TEMPO REAL

### MEC desbloqueia quase R\$ 2 bilhões para a área de educação

Desse valor, R\$ 1,156 bilhões vão para universidades e institutos federais; e R\$ 270 milhões vão para a **Capes**, para o pagamento de bolsas vigentes. Partes do montante também serão usadas para realizar exames da educação básica e comprar livros

didáticos. Segundo o ministro Abraham Weintraub, há a expectativa de que quase a totalidade dos recursos contingenciados seja liberada.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **MEC libera R\$ 1,156 bilhão para universidades e instituições federais**

O Ministério da Educação anunciou nesta segunda-feira, 30, o descontingenciamento de R\$ 1,156 bilhão para as universidades federais. Isso corresponde a pouco mais da metade do que havia sido contingenciado no orçamento deste ano para as unidades. Os recursos serão distribuídos proporcionalmente, de acordo com bloqueio realizado em cada universidade. A verba, de acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, chega ao cofres das instituições ainda nesta segunda.

Universidades têm ainda 15% da verba discricionária - usada, por exemplo, para pagamento de gastos com empresas de segurança, alimentação ou gastos com energia - bloqueadas. Weintraub disse esperar que uma nova parcela da verba contingenciada seja liberada em outubro, mas não garantiu a liberação do total congelado.

As verbas anunciadas para universidades fazem parte de um total de R\$ 1,990 bilhão do orçamento do Ministério da Educação que estava bloqueado e que foi liberado pelo governo. Além das universidades e institutos federais, serão desbloqueados R\$ 270 milhões para **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, R\$ 105 milhões para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e R\$ 290 milhões para o Programa Nacional dos Livros Didáticos.

O MEC teve contingenciado o equivalente a R\$ 5,8 bilhões no primeiro semestre deste ano. Há ainda outros R\$ 3,8 bilhões que continuam bloqueados. A fatia destinada nesta segunda-feira para universidades corresponde a 58% do total liberado.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **MEC destina maior parte de verba desbloqueada para universidades**

O Ministério da Educação (MEC) destinará 58% dos recursos desbloqueados para recompor o orçamento das universidades e institutos federais, anunciou hoje (30), em Brasília, o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Os recursos, segundo o MEC, cobrirão despesas de custeio como gastos com água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço.

O anúncio do desbloqueio do orçamento foi feito no último dia 20 pelo Ministério da Economia. A liberação está prevista no decreto 10.028 publicado no Diário Oficial da União na última sexta-feira (27).

Ao todo, o governo desbloqueou R\$ 8,3 bilhões do Orçamento deste ano. Entre os ministérios, o que teve maior liberação foi o da Educação, com R\$ 1,99 bilhão.

Do total desbloqueado no MEC, as universidades receberão R\$ 1,156 bilhão. Com isso, essas instituições, que tiveram, em média, 30% dos recursos discricionários bloqueados no início do ano, seguirão com 15% dessas verbas contingenciadas, segundo Weintraub. No início do mês, outros R\$ 584 milhões foram disponibilizados às instituições. Com a liberação, seguem bloqueados no MEC R\$ 3,8 bilhões.

"Tudo isso vem de recursos suados do pagador de imposto, de famílias que deixam de consumir para pagar", disse o ministro da Educação. "Estamos administrando uma situação crítica com qualidade técnica", explicou.

Demais recursos

Os demais recursos descontingenciados serão destinados à educação básica, concessão de bolsas de pós-graduação e realização de exames educacionais, de acordo com o MEC.

Para o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), serão destinados R\$ 290 milhões, o que, segundo o ministério, o que garante a continuidade do programa em 2020. Esse programa visa a compra e distribuição de livros didáticos para escolas públicas.

Outros R\$ 270 milhões serão voltados para o pagamento de bolsas de estudo vigentes concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) receberá R\$ 105 milhões para aplicação de exames e formulação de políticas educacionais.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

**MEC ainda tem R\$ 3,8 bilhões sob bloqueio e universidades reforçam ajustes para manter atividades**

**MEC anunciou a liberação de R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos federais, mas outros R\$ 3,8 bilhões ainda seguem bloqueados.**

O anúncio da liberação de R\$ 1,156 bilhão para universidades e institutos federais de ensino, anunciado nesta segunda-feira (30) pelo Ministério da Educação (MEC) poderá trazer algum alívio nas contas das instituições, que preveem que suas atividades serão afetadas caso os recursos não cheguem a tempo.

A situação das universidades ainda é de incerteza porque outros R\$ 3,8 bilhões ainda seguem bloqueados. As universidades já estão na metade do segundo semestre e parte ainda não sabe se vai conseguir manter as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Um levantamento feito pelo G1 antes do anúncio do MEC aponta que 24 das 36 universidades que responderam à pesquisa (66,66%) afirmam que aulas, atividades de extensão e de pesquisa poderão ser suspensas.

Para 11 delas (30,55%) as aulas poderão ser suspensas ou a situação ainda está indefinida. Ao todo, 221,3 mil alunos da graduação presencial poderão ser afetados nestas instituições -- o número representa 17,97% dos 1,2 milhão de universitários do país.

Desde o início deste ano, o MEC já passou por dois "cortes": R\$ 5,8 bilhões em abril e R\$ 348,47 milhões em julho.

Os valores descontingenciados não vão repor todas as perdas acumuladas na área.

Entre as 63 instituições do país, 90% operavam com perdas reais em 2017, comparado

ao que tinham de recursos em 2013. Na prática, o orçamento para gastos não obrigatórios – os mesmos atingidos pelo atual contingenciamento –, já estava menor. Entre 2013 e 2017, o repasse total garantido pelo MEC encolheu 28,5%.

Em agosto, uma reportagem do G1 mostrava que 21 universidades entre as 37 que responderam ao levantamento (56,75%) já previam o impacto nas aulas e pesquisas. Em setembro, a situação continua a mesma.

## Ensino

A falta de recursos poderá afetar o andamento das aulas em 11 das 36 universidades que enviaram respostas ao G1. Entre elas, cinco disseram que a situação está indefinida.

Aulas poderão ser suspensas nas seguintes universidades:

UFAC - Universidade Federal do Acre (final de outubro)  
UFG - Universidade Federal de Goiás - Jataí (outubro)  
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco (sem data)  
UFPR - Universidade Federal do Paraná (sem data)  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro (outubro)  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina (sem data)  
A situação está indefinida nas seguintes instituições:

UnB - Universidade de Brasília  
Unifal - Universidade Federal de Alfenas  
Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UFPel - Universidade Federal de Pelotas  
Pesquisa e extensão

A Política de Extensão Universitária, será afetada se o atual corte for mantido em 23 das 36 universidades ouvidas, ou 63,88%. Outras duas disseram que a situação está indefinida: UnB e Ufes.

As atividades de extensão poderão ser afetadas nas seguintes universidades:

UFABC - Universidade Federal do ABC  
UFAC - Universidade Federal do Acre  
UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre  
UFG - Universidade Federal de Goiás, campus de Catalão e Jataí  
Ufop - Universidade Federal de Ouro Preto  
UFPel - Universidade Federal de Pelotas  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
UnB - Universidade de Brasília  
Unifal - Universidade Federal de Alfenas

Unifesp - Universidade Federal de São Paulo  
Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Unila - Universidade Federal da Integração Latino-Americana  
Unipampa - Universidade Federal do Pampa  
Univasf - Universidade Federal do Vale do São Francisco

As pesquisas poderão ser afetadas em 22 universidades:

UFABC - Universidade Federal do ABC  
UFAC - Universidade Federal do Acre  
UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre  
UFG - Universidade Federal de Goiás, em Catalão e Jataí  
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora  
UFPEl - Universidade Federal de Pelotas  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UFSJ - Universidade Federal de São João del Rey  
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco  
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
Unifal - Universidade Federal de Alfenas  
Unifesp - Universidade Federal de São Paulo  
Unifesspa - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Unipampa - Universidade Federal do Pampa  
Univasf - Universidade Federal do Vale do São Francisco (Petrolina)

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Bolsas do CNPq serão pagas em outubro, diz ministro**

As bolsas vinculadas ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para estudantes, professores e pesquisadores serão pagas em outubro. A informação foi dada hoje (30) pelo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, por meio de sua conta na rede social Twitter.

Pontes havia informado neste mês um remanejamento de recursos originalmente previstos para ações de fomento do CNPq. Contudo, para efetuar o pagamento aos bolsistas ainda havia a necessidade de o Ministério da Economia autorizar o repasse, elevando a possibilidade de gastos do Conselho.

"Emergencialmente fiz transferência da parte de fomento do CNPq em setembro. Tínhamos orçamento mas não tínhamos o limite. Dependia do Ministério da Economia aprovar o limite. Ela aprovou na sexta-feira (27) então está tudo tranquilo para o pagamento deste mês", declarou o titular do MCTIC em vídeo na rede social.

Contudo, Marcos Pontes acrescentou, para os demais meses do ano ainda há dependência da liberação do Ministério da Economia. "Mas tudo vai dar certo e a [pasta da] Economia vai nos ajudar", disse. No início do mês, o secretário-executivo da pasta,

Júlio Semeguni, disse em audiência no Congresso que não havia garantia de complementação do orçamento do Conselho até o fim do ano.

No fim de agosto, o CNPq esgotou o orçamento previsto para o ano. Com isso, o comando do órgão, do MCTIC e a comunidade acadêmica passaram a reivindicar à área econômica do governo a suplementação de recursos de modo a assegurar o custeio das bolsas. Em setembro, o ministério anunciou o remanejamento dos recursos para o pagamento de um mês, no total de R\$ 82 milhões.

O "rombo" anual do orçamento do CNPq chega aos R\$ 330 milhões. Retirado o redirecionamento anunciado, ainda permanece a necessidade de complementação de R\$ 248 milhões da verba do órgão.

## Suspensão

A falta de perspectiva sobre o repasse das verbas relativas às bolsas fez o Conselho suspender a seleção de bolsistas em julho. A decisão gerou reações de entidades da comunidade científica, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras e a Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Desbloqueio é importante, mas não é suficiente, diz associação de reitores**

O desbloqueio de R\$ 1,2 bilhão anunciado hoje pelo MEC (Ministério da Educação) para universidades e institutos federais é importante, mas ainda é insuficiente. A avaliação é de João Carlos Salles, reitor da UFBA (Universidade Federal da Bahia) e presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior).

"É importante, mas não é suficiente. O desbloqueio é até um reconhecimento de que as universidades não poderiam suportar um tempo a mais [com a verba congelada]", disse o reitor ao UOL.

Justiça condena Anhanguera a pagar R\$ 1 milhão por propaganda enganosa  
Segundo ele, "as universidades já têm feito medidas para adequar seus gastos e suas despesas" a um orçamento que, mesmo antes dos bloqueios, já era defasado.

Ele pontua que os recursos para as universidades vêm sofrendo cortes desde 2014, época da gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

"Há uma defasagem do orçamento das universidades que vem desde 2014 e que é crescente. Em relação ao crescimento das universidades, à inflação", afirma. "Ou seja, precisaríamos de mais e estamos tendo menos".

Mesmo assim, Salles destaca o "esforço de diálogo" dos reitores com fornecedores e com a comunidade acadêmica para garantir o funcionamento das instituições.

"Os reitores têm tomado medidas de contenção de despesas, serviços têm sido reduzidos. O que acarreta prejuízo, é claro, para o exercício pleno das nossas atividades. Mas temos feito um esforço para garantir o essencial nas nossas universidades",

declarou.

O valor desbloqueado nesta manhã corresponde a metade da verba que havia sido congelada para essas instituições —R\$ 2,12 bilhões. A liberação de verbas é feita no orçamento discricionário, isto é, que envolve despesas como luz e água, mas não salários.

O presidente da Andifes destaca que o outro R\$ 1 bilhão que permanece bloqueado, além de corresponder a "um valor significativo para muitas instituições", é necessário para que as universidades tenham segurança na execução dos seus orçamentos.

O contingenciamento de 30% do orçamento discricionário do MEC foi anunciado no fim de abril pelo ministro Abraham Weintraub.

Reitores de universidades e institutos federais afirmaram que, com o bloqueio, só teriam recursos para o funcionamento das instituições até setembro.

Salles não arrisca dizer até quando as universidades continuarão funcionando após a liberação de verbas feita hoje. Para ele, "cada caso é um caso".

"Depende da situação de cada universidade. Estamos vivendo já na situação de dívida, em algumas é maior, existe um passivo por causa dessa defasagem. Mas é difícil dizer isso como uma medida comum", disse.

Ele destaca, ainda, que a comunidade acadêmica irá continuar pressionando para que o orçamento destinado às universidades e institutos federais para este ano seja integralmente desbloqueado.

Em maio, após o anúncio do contingenciamento, uma série de protestos em defesa da educação e contra o presidente Jair Bolsonaro (PSL) aconteceu pelo país.

"Vamos continuar fazendo pressões junto ao MEC, ao Parlamento, em todas as formas possíveis perante a sociedade para mostrar a necessidade de garantir esse recurso e a execução integral do nosso orçamento", afirmou.